



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XV

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 95.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur e Rubens Bueno (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (23).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

11 Senhores Deputados aprovam; 8 Senhores Deputados rejeitam.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 352/89.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora JUVENIL DE OLIVEIRA BINI, ocorrido dia 24 de outubro/90. Viúva do Senhor João Batista Bini, mãe exemplar e pessoa de família tradicional do Paraná, deixou grande lacuna na cidade de Almirante Tamandaré.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Paraná, associe-se à dor da família enlutada, transmitindo as condolências deste Poder Legislativo aos seus filhos: Joel, Bertolina, Francisco, Cândido, Moisés, Maria, Divonsir, Walkíria e Ziloá, através do endereço:

Walkíria M. Bini e irmãos

Rua Coronel Cândido de Oliveira, 121

83.500 - Almirante Tamandaré - PR

Sala das Sessões, em 05.11.90

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do vice-Reitor Comunitário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Professor NEWTON STADLER DE SOUZA, ocorrido em 30.10.90, p. p.

Tal passamento vem enlutar tradicional

família, deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer ainda que, da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2479

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento de BALDUÍNO HELMANN, ocorrido a 29 de outubro, passado, na localidade de Jacutinga, município de Francisco Beltrão, requerendo-se que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) JOAO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nascido no Rio Grande do Sul em maio de 1930, BALDUÍNO HELMANN transferiu sua residência para Francisco Beltrão em princípios de 1949 e radicando-se, desde logo, na localidade de Jacutinga onde, por sua energia, assumiu o papel de líder comunitário, ajudando a construção da Igreja, pela qual sempre lutou e da qual foi presidente por muitos e muitos anos; a implantação, a implementação e sustentação da escola municipal, da qual foi, igualmente, presidente em várias gestões; assim como exerceu as funções de sub-Prefeito em duas gestões.

Líder político nato, Balduino Helmann sempre foi uma espécie de fiel da balança política, sempre liderando a tendência ideológica do povo daquela importante área municipal. Figura querida em Jacutinga e na sede municipal, Balduino Helmann mereceu a última homenagem prestada pela comunidade, à qual associamos o Poder Legislativo paranaense, rogando o apoio unânime dos nossos Pares.

REQUERIMENTO N° 2486

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, pelo falecimento do inigualável jornalista NEWTON STADLER DE SOUZA.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Dono de um invejável curriculum, que passava pela profissão de jornalista, pela função de promotor público e professor, Newton Stadler de Souza prestou inestimáveis serviços ao nosso Estado, e seu falecimento representa um luto oficial.

A vida deste grande homem está muito bem descrita na matéria anexa, publicada

pelo jornal "Gazeta do Povo", desta Capital, onde Newton Stadler de Souza trabalhou por muitos anos.

A nós, integrantes do Poder Legislativo, ficam as saudades desta figura já devidamente registrada na nossa história, por sua importância.

Ao povo do Paraná, fica o exemplo de uma vida toda construída sobre a correção, a integridade e a responsabilidade de um dos seus mais honrados filhos: NEWTON STADLER DE SOUZA.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 122/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica restrito o uso de automóveis de propriedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aos gabinetes da Comissão Executiva, aos gabinetes das Lideranças Partidárias com assento na Casa e ao gabinete da Diretoria Geral.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta em tela, tem a finalidade de racionalizar o uso de veículos automotores pertencentes à Assembléia Legislativa, propiciando uma melhor distribuição dos veículos, restringindo o seu uso às atividades específicas do Poder Legislativo. Como resultado da presente medida, teremos um menor consumo de combustível, como também um maior controle do uso dos mesmos, seguindo assim uma das principais metas do Governo Federal, que é a contenção de despesas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 550/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Aos funcionários, lotados nos Estabelecimentos Penais do Estado, enquanto estiverem em exercício, será concedida a gratificação de que trata o art. 172, X, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, na proporção de 116%.

Art. 2° - A gratificação de que trata o artigo anterior integrará os proventos de aposentadoria.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a concessão da presente gratificação, uma vez que ela, de fato, já existe desde 23 de dezembro de 1986 - conforme autorização governamental n° 194047/86, publicada no D.O.E. de 31.12.86, pág. 11.

Sua concessão é amparada pelas Cartas Magnas Federal e Estadual recém promulgadas:

Constituição Federal - art. 7°, inciso XXIII;

Constituição Estadual - art. 34, inciso XV.

O disposto no art. 172, inciso X, da Lei n° 6.174/70, de 16.11.70, repete-se através de sua inserção, no artigo 97, inciso XVI do Anteprojeto de Lei de Regime Jurídico Único; publicado no D.O.E. do dia 14.03.90, págs. 06 à 24.

Justifica-se, igualmente, a sua integração nos proventos de aposentadoria, ante o amparo legal existente no art. 4°, inciso III, letra "a" da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 35, inciso III, letra "A" da Carta Magna Estadual.

Também dispõe o art. 97, § 2° do Anteprojeto de Regime Jurídico Único a sua integralização nos proventos de aposentadoria.

Se não bastasse toda a amplitude legal acima demonstrada, que justifica a concessão da gratificação aludida, ainda existe toda uma realidade fática humana e vivencial que subsidiam e garantem a transformação desse direito, do funcionário público, em fato concreto:

a) o salário da grande massa do funcionalismo é pequeno, e por esse motivo muitos são aqueles que buscam e se sujeitam a trabalhar dentro das unidades penais, enfrentando perigos externos, num ambiente de constante tensão, em virtude da gratificação pecuniária paga para tal trabalho, que lhes proporciona condições de subsistência mais digna;

b) freqüentemente, tais funcionários que labutam diariamente em benefício e atendimento aos presos, veem-se acossados por rebeliões e tumultos, que os faz reféns, atemorizando toda a sociedade e não raras vezes ceifando vidas e dilacerando famílias.

A tensão é permanente, o funcionário trabalha com "o coração na mão" e sua família permanece em constante desassossego.

c) E após 25 ou 30 anos de serviço público prestados nas condições acima descritas, o funcionário ao aposentar-se, vê-se desfalcado da gratificação pecuniária que o fez sujeitar-se, nos melhores anos de sua vida, a esse árduo ambiente de trabalho.

Sua vida com a aposentadoria, volta a carecer de embasamento financeiro que a torna digna.

É tal funcionário, um homem sem perspectivas de melhoria no futuro: Não mais possui condições físicas ou mesmo psicológicas de conseguir novo trabalho que lhe supra tal perda pecuniária com a aposentadoria, nos moldes atuais. Não é negado o sagrado "repouso do guerreiro".

PROJETO DE LEI N° 551/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica transformada em Fundação, a "Biblioteca Pública do Paraná - BPP", instituída nos termos da Lei n° 2.358, de 04 de fevereiro de 1955, alterada pelo art. 7°, da Lei n° 7.169, de 13 de junho de 1979, constituindo nos termos do art. 113, da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, Órgão de Regime Especial, subordinado à Secretaria de Estado da Cultura - SEEC.

Art. 2° - A Fundação Biblioteca Publicado Paraná - BPP, criada por esta lei, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, permanecerá vinculada à Secretaria de Estado da Cultura - SEEC.

Parágrafo Único - A Fundação terá sede e foro na Capital e jurisdição em todo o Estado do Paraná, com prazo de duração indeterminado.

Art. 3° - São objetivos da Fundação Biblioteca Pública do Paraná:

I - o planejamento e a execução da política estadual de bibliotecas públicas e difusão cultural;

II - o desenvolvimento de programas e projetos atinentes às atividades de planejamento, organização e fomento de bibliotecas, na Capital e outros municípios e a cooperação para sua administração;

III - a contribuição para o desenvolvimento cultural da comunidade, promovendo a iniciativa da pesquisa, da difusão cultural e do debate de idéias;

IV - a definição de planos e diretrizes voltados à captação de recursos públicos e privados que possibilitem a execução das ações políticas no campo da difusão cultural e do acesso ao conhecimento técnico e científico;

V - a proteção do patrimônio cultural do Estado através da reunião, preservação e divulgação da documentação referente ao Paraná e autores paranaenses;

VI - o depósito legal de toda a produção bibliográfica referente ao Paraná e autores paranaenses.

Parágrafo Único - Para consecução de seus objetivos, a Fundação Biblioteca Pública do Paraná, atuará diretamente ou através de terceiros, mediante contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos contratuais, observada a legislação vigente, podendo ainda receber cooperação técnica e financeira de órgãos e entidades públicas e particulares, nacionais e internacionais.

Art. 4º - O patrimônio da Fundação Biblioteca Pública do Paraná será constituído pelos bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos das cargas patrimoniais em uso pela Biblioteca Pública do Paraná.

§ 1º - O patrimônio da Fundação será ainda constituído:

a) por bens móveis ou imóveis e direitos que lhe forem destinados, em caráter definitivo, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

b) por doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º - A forma de gestão do patrimônio da Fundação será definida por meio de seu Estatuto.

§ 3º - No caso de extinção, atendidos os encargos contraídos pela Fundação Biblioteca Pública do Paraná, seus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

§ 4º - Os bens imóveis da Fundação só poderão ser alienados com autorização da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Constituem receitas da Fundação Biblioteca Pública do Paraná, além dos recursos provenientes de seu patrimônio:

a) dotações consignadas no Orçamento do Estado, da União e Municípios;

b) doações, legados, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas;

c) subvenções sociais de entidades públicas e privadas;

d) recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos;

e) receitas resultantes da prestação de serviços e outras receitas operacionais;

f) rendas de aplicações financeiras;

g) saldos orçamentários e extra-orçamentários de entidades ou programas que venha integrá-lo.

Parágrafo Único - Os bens patrimoniais, recursos e receitas da Fundação Biblioteca Pública do Paraná serão utilizados e aplicados exclusivamente na consecução dos objetivos previsto nesta lei.

Art. 6º - A Fundação será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, composta por um Diretor Superintendente, um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo e Financeiro, nomeados pelo Governador do Estado, por indicação do Secretário de Estado da Cultura, com mandato de quatro anos, permitida a recondução por uma vez.

Parágrafo Único - Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos, fixados anualmente por decreto, não excederão, a qualquer título, ao atribuído aos Secretários de Estado.

Art. 7º - O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado da Cultura, que o presidirá pelo Diretor Superintendente da Fundação, como Secretário Executivo e por dois membros, nomeados pelo Governador do Estado e indicados pelo Secretário de Estado da Cultura, entre profissionais de notórios conhecimentos na área de difusão cultural e um representante dos funcionários, eleito na forma da Lei nº 8.096, de 14 de junho de 1985.

Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de quatro anos, permitida a recondução, por uma vez.

Art. 8º - O Estatuto, aprovado por Decreto, fixará a organização administrativa e funcional e demais condições para o pleno funcionamento da Fundação, respeitadas as disposições legais cabíveis.

Art. 9º - O Estatuto da Fundação Biblioteca Pública do Paraná deverá ser submetido à aprovação do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da presente lei.

Art. 10 - O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação vigente, com a remuneração compatível com o mercado de trabalho.

Parágrafo Único - Servidores da Administração Estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com as vantagens da lei.

Art. 11 - O exercício financeiro da Fundação Biblioteca Pública do Paraná coincidirá com o ano civil.

Art. 12 - A Fundação prestará contas globais por exercício encerrado ao Tribunal de Contas do Paraná, na forma prevista pela legislação específica.

Art. 13 - A fundação gozará de isenção tributária estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública.

Art. 14 - A Fundação Biblioteca Pública do Paraná obedecerá as normas relativas à licitação previstas na legislação pertinente.

Art. 15 - A partir da data da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ficam extintos os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas da Biblioteca Pública do Paraná.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar por Decreto os cargos e funções necessários ao funcionamento da Fundação, inclusive os de chefia.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o Orçamento da Fundação Biblioteca Pública do Paraná para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O problema da Biblioteca Pública do Paraná está intimamente ligado à falta de recursos financeiros, e exige solução rápida.

Funcionando até agora de modo artesanal, vê, impotente, o aumento da demanda em proporção diretamente inversa às condições de atendimento.

A possibilidade de atualização tecnológica, um atalho para se chegar à solução, parece um mecanismo inacessível.

Enquanto, o País transforma-se rapidamente em uma sociedade informatizada, a nossa Biblioteca Pública identifica e qualifica suas obras cadastradas manualmente.

Aquisição de novos títulos, agilização de pesquisas, expansão dos seus serviços a todos os municípios do Estado, são objetivos que não se alcançam apenas com idealismo.

É perversa a estatística brasileira quanto ao número de bibliotecas em relação ao número de habitantes.

Temos certeza de que a meta do Governo é mudar essa situação. Entretanto, enfrentando problemas sociais gerados dos setores da agropecuária, indústria, economia, segurança, transportes, habitação, Justiça, saneamento, como situar a Cultura nesse imenso campo de prioridades?

Não obstante, entendemos que no chamado "País do Futebol", deveria haver ao menos uma leve conscientização, de que o intelecto, tanto quanto o físico, precisa ser trabalhado, o que, somente através de estímulo pode ser conseguido. O Governo encontra-se muitas vezes, de mãos atadas para desenvolver projetos dessa natureza, tal a amplitude do leque de prioridades.

A solução para a modernização da Biblioteca Pública, desonerando o Governo de tal cargo extra, é transformá-la em Fundação.

Como Fundação, poderá planejar e executar com maior agilidade, a política estadual de bibliotecas e difusão cultural, desenvolvendo projetos e ampliando o atendimento para todo o Estado, pois como Fundação, terá autonomia para captar recursos dos mais diversos meios, quer de entidades públicas, quer privadas; firmar convênios, enfim, poderá dispor de condições para o cumprimento dos objetivos expressos nesta Lei.

É urgente que se estimule a produção cultural, que se concilie o desenvolvimento à ampliação do acesso dos paranaenses aos livros, caminho mais curto do saber.

PROJETO DE LEI N° 552/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O artigo 2° do Projeto de Lei n. 515/90, com a redação que lhe deu a Emenda Substitutiva Geral apresentada em segunda discussão, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - Até 10 de janeiro de 1991, o patrimônio do FEPPA, incluídas as contribuições do período de liquidação e outras, após inventariado pelo Conselho Deliberativo, será integralmente transferido para O Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Parágrafo Único - No prazo previsto no "caput" deste artigo, o Conselho Deliberativo do FEPPA também transferirá para o IPE os arquivos, a contabilidade e o cadastro dos beneficiários.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

Rubens Bueno, Algaci Túlio, Neivo Beraldin, Luciano Pizzatto e Haroldo Rodrigues Ferreira.

PROJETO DE LEI N° 557/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O artigo 3° do Projeto de Lei n.

515/90, com a redação que lhe deu a Emenda Substitutiva Geral apresentada em segunda discussão, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Operada a transferência do patrimônio, direitos e encargos ao Instituto de Previdência do Estado, este ressarcirá o Tesouro Estadual todas as quantias pagas pela Assembléia Legislativa, a título de contribuição patronal", previstas nos artigos 6º, "b" da Lei n. 6.639/74 e 6º "b" da Lei n. 7.111/83, quando então passará a cumprir o disposto no artigo 250 da Constituição do Estado do Paraná, até o limite o patrimônio transferido.

Parágrafo Único - O Instituto de Previdência do Estado poderá usar estes recursos para abater o débito que o Estado tem para com o Instituto proveniente de contribuições previdenciárias.

Sala das Sessões, em 05.11.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoioamento:

Rubens Bueno, Algaci Túlio, Neivo Beraldin, Luciano Pizzatto e Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Lideranças do PMDB, fará uso da palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente,

Senhores Deputados. Era nossa intenção falar no Pequeno Expediente, mas, por deferência da nossa Liderança, na pessoa do Deputado Lauro Lobo Alcantara, ocupamos esse espaço para anunciarmos à Casa e, ao mesmo tempo em que anunciamos, reforçar o convite que imaginamos, todos os Senhores Deputados devam ter recebido da União Paranaense das Associações de Criadores - UPAC, nos convidando para que participemos do encontro com os dois candidatos que concorrerão às eleições do II turno a Governador do Paraná, quando no dia de hoje, a partir das 14:30 horas estarão apresentando as suas propostas, planos de governo, evidentemente, com ênfase especial para a agricultura e pecuária paranaense.

Nós recebemos na semana passada, mais precisamente no dia 29, subscrito pelo presidente da União Paranaense de Associação de Criadores, Laércio F. Cardoso, um ofício endereçado ao Bloco Parlamentar Agropecuário, onde ele nos convoca e pede que também assim procedamos no sentido de que os Senhores Deputados presentes neste Poder no dia de hoje, compareçam a partir das 14:30 horas, quando será feita a abertura oficial e das 15:00 horas às 16:30, o candidato José Carlos de Castro Martinez

fará apresentação de suas propostas voltadas especialmente para a agricultura e pecuária, e das 17:00 horas às 18:30 horas o candidato Roberto Requião de Mello e Silva fará também apresentação do seu plano de governo com ênfase especial à agricultura e pecuária paranaense.

Então, nessa condição de membro da Comissão de Agricultura desta Casa, na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário e em nome também da Bancada do PMDB por deferência do nosso Líder, Deputado Lauro Lobo Alcantara, convidamos a todos para que participem desse importante encontro que hoje acontece na Assembléia Legislativa, no Plenarinho desta Casa, onde então poderemos tomar conhecimento por inteiro das propostas de ambos os candidatos, fazermos os questionamentos que se fizerem necessários, colocarmos os nossos pontos de vista de forma que tenhamos, a partir da posse do novo Governo do Paraná, um programa de agricultura e um programa de pecuária condizente com a nossa realidade e dentro daquilo que os nossos agricultores, que a nossa gente hoje tão descrente de tudo o que está por aí, acontecendo, possam realmente ter alguma esperança pelo menos de parte do Governo Estadual que tomará assento no Palácio Iguazu a partir de março do ano que vem. Todos nós sabemos das dificuldades por que passa a agricultura paranaense e brasileira no presente instante, com a falta de recursos para a comercialização de suas safras, com a falta total de recursos para o custeio das safras que estão sendo plantadas, em especial, falta de recursos para a pequena propriedade, porque nós sabemos que o grande produtor tem ainda algum tipo de financiamento oriundo da Caderneta de Poupça Rural, evidentemente com juro mais alto, com juro mais pesado e que inviabilizaria qualquer pequena propriedade, se a esse tipo de crédito rural tivesse acesso.

O Tesouro Nacional, através da Presidência da República, do Ministério da Economia, que tem por obrigação a liberação dos recursos para o crédito rural na forma de custeios obrigatórios, não comparece liberando esses recursos e nós temos aí a oportunidade de, na tarde de hoje, debater com os candidatos a II turno das eleições de governo ao Estado do Paraná e desta forma, conhecermos por inteiro suas propostas e realmente tomarmos as nossas decisões e recomendarmos daqui para a frente as decisões àqueles que da agricultura vivem e que nela trabalham em benefício do povo paranaense e brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra a Liderança do PSDB.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputados Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 367/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética Santa Maria, com sede e foro no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Solicito verificação de Votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Solicito a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1.^o Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Pirajá Ferreira) Procede à Chamada Nominal.

23 (vinte e três) Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há quorum para o prosseguimento da sessão e não há quorum para votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apenas queria registrar e lamentar a ausência da Bancada do PMDB e daqueles que apóiam o Governo, tendo em vista que na última sessão de quinta-feira e nas anteriores, quando as galerias estavam, aqui, cheias de prefeitos pressionando para receberem verbas do Governo, a presença era maciça e a responsabilidade pela omissão do Governo em encaminhar as Mensagens no tempo oportuno para que não ocorresse esse tipo de "lobby", de pressão dos Prefeitos na Assembléia: isto não foi feito. O Governador

Álvaro Dias se atrasou no encaminhamento das Mensagens.

Os próprios Prefeitos, tão alinhados ao Governo, também não se preocuparam em fazer o "lobby" no Palácio Iguaçu para que a Secretaria de Planejamento planejasse as suplementações de verbas no devido tempo e na oportunidade necessária a fim de que esta Assembléia pudesse votar sem aquela ignominiosa pressão de prefeitos governistas.

Sofremos, aqui, na semana passada todo o tipo de vilipêndio, toda a forma de xingamentos a ponto de a própria Mesa da Assembléia emitir nota oficial a respeito dessa posição.

Hoje, se presta o PMDB a requerer uma verificação de quórum porque, agora, não há interesse na suplementação de verba. Vamos supor que a liminar, concedida pelo Tribunal, seja derrubada, qual será o comportamento dos Prefeitos do PMDB e da sua Bancada? Certamente estarão aqui nas Galerias de novo a pressionar a Assembléia Legislativa ou vão transferir essa pressão agora aos gabinetes dos Desembargadores? Ou vão transferir essa pressão aos Deputados do PMDB e fazerem a pergunta que se faz a todo o momento. Por quê esta ausência deliberada hoje? Por quê não há suplementação de verba? Por quê já resolveram o problema de caixa da campanha política? Por quê já resolveram o problema do planejamento da suplementação de verba no Palácio Iguaçu? Por quê não se precisa mais da Assembléia Legislativa? Por quê não há mais necessidade dos Deputados? Por quê este Poder agora, então, não tem mais o que fazer? Que jogo é este? O jogo da ausência e o jogo da presença conforme as circunstâncias e os interesses escusos, não claros, interesses que estão sendo questionados quanto à sua legalidade e sua constitucionalidade, quando na verdade se mostram então, que além das questões políticas, que se afirma nesta Casa que existem, existe algo muito mais profundo, que é a questão jurídica e que é a questão constitucional.

Fica, aqui, lavrado o meu protesto a esse jogo de vai-e-vem, do empurra, do jogo da desculpa, mas da desculpa esfarrapada porque é dever do Parlamentar estar aqui hoje, estar aqui sempre. E é obrigação, é direito da Oposição, enquanto minoria, fazer a obstrução como fez na semana passada e, se necessária, continuará fazendo.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Apenas para justificar, Senhor Presidente, a ausência em plenário; primeiro porque a

Oposição não é minoria nesta Casa; pelo contrário, é maioria. Minoria somos nós. Segundo lugar porque se está hoje discutindo ...

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Circunstan-
cialmente é maioria.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) ...
discutindo uma questão muito séria no
Tribunal de Justiça: a alegação do pedido
de liminar quanto ao andamento de Suple-
mentação de Verbas desta Casa põe em dúvi-
da a legalidade ou não de um Parlamentar
requerer regime de urgência para uma maté-
ria, de requerer Comissão Geral nesta Casa
para suprir o não Parecer das Comissões
Permanentes, de tal sorte que não sendo
válida a Comissão Geral para os projetos
de Suplementação Orçamentária, obviamente
também não é válido para os demais proje-
tos da Ordem do Dia. Eu acho que precisa
restabelecer imediatamente, via justiça, e
sei que Vossa Excelência está providen-
ciando essas informações ao Tribunal de
Justiça, restabelecer até onde vai a capa-
cidade do Poder Legislativo de legislar
dentro do processo legislativo determinado
pela Constituição, pelo Regimento Interno.
Nós aguardamos com ansiedade que a Mesa da
Casa preste as informações necessárias pa-
ra o Judiciário e que emprestando o Judi-
ciário possa, revogando a liminar, enten-
der que a Comissão Geral é algo Constitu-
cional nesta Casa e supre o Parecer das
Comissões Permanentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verifi-
cação de votação para o Projeto de Lei
n. 367/90. (Pausa)

Dezoito (18) Senhores Deputados apro-
vam. Deputados que rejeitam queiram levan-
tar-se. (Pausa). Um Senhor Deputado rejei-
ta. Não há quórum para votação.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
266/90, de autoria dos Deputados MÁRIO
PEREIRA e CAÍTO QUINTANA, que estabelece
critérios para fixação dos índices de par-
ticipação dos municípios no produto da ar-
recadação do imposto sobre operações rela-
tivas à circulação de mercadorias e sobre
prestações de serviços de transportes in-
terestadual e intermunicipais e comunica-
ção - ICMS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMIS-
SÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 266/90

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do
nobre Deputado Caíto Quintana, visa esta-
belecer critérios para fixação dos índices

de participação dos Municípios no produto
da arrecadação do imposto sobre operações
relativas à circulação de mercadorias e
sobre prestação de serviços de transporte
interestadual e intermunicipal e comuni-
cação - ICMS.

A presente medida vem atender aos Mu-
nicípios paranaenses, visto que a reforma
tributária instituiu uma maior participa-
ção dos mesmos na arrecadação de tributos.
Entretanto as normas que regulamentam tais
dispositivos necessitam de critérios para
a fixação dos índices de participação dos
municípios na arrecadação.

Sendo que a medida vem a atender aos
interesses dos municípios em sua maioria,
e considerando-se que não há nenhum óbice
de natureza constitucional, legal e regi-
mental que impeça a normal tramitação des-
te pelos órgãos competentes desta Casa de
Leis, esta Comissão Geral manifesta-se FA-
VORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Há requerimento solicitando a retirada
da Ordem do Dia.

Transfiro a discussão e o Requerimento
para a Sessão de amanhã.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Por gen-
tileza, Senhor Presidente, solicito
informar o signatário do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o De-
putado Algaci Túlio.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-
mentar n° 152/90 de autoria do Deputado
Luiz Carlos Caíto Quintana, que cria a Co-
missão responsável pela política de apli-
cação dos recursos estabelecidos no Artigo
142 da Constituição Estadual e dispõe
sobre os princípios a serem obedecidos na
sua utilização. Encerrada a discussão.
(Publ. no DA. n° 26, de 26.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
341/90, de autoria do Deputado Artagão
Mattos Leão, que dá nova redação ao Artigo
1° da Lei n° 9.249, de 16 de maio de 1990.
(Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n°
68 de 07.06.90).

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
515/90, de autoria do Deputado Sabino Cam-
pos e Outros, que extingue o Fundo de Pre-
vidência do Parlamentar - FEPPA. Com PARE-
CER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMEN-
DA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o Projeto de Lei n° 515/90, há duas emendas do Deputado Pedro Tonelli.

A Mesa vai convertê-las em Projeto à parte porque extrapolou o prazo da apresentação de Emendas de acordo com o Dispositivo Regimental.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual o dispositivo do Regimento que diz que não pode apresentar subemenda em 3.ª Discussão, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 147. A terceira discussão versará sobre o projeto em globo, sobre as emendas aprovadas e sobre as oferecidas neste turno. O prazo de discussão encerrou-se e nós estamos na fase de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas nós estamos ainda na 3.ª Discussão deste turno. Tem emenda nesse terceiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não Vossa Excelência está ligeiramente equivocado.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência é que está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos na fase de votação. O projeto será convertido em lei. É Artigo 147.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2466, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2479, de autoria de Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2400, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2486, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2487, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 352/89. Deferido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

367/90, 508/90, 515/90, 520/90 e 528/90.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/90.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 339/90, 365/90, 368/90 e 488/90.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 309/89, 224/90 e 459/90.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s - 012/90, 015/90, 016/90, 026/90, 055/90, 057/90 e 062/90.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 152/90.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 341/90.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ÁREA FAZENDÁRIA E SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa, na Sala das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que tem objetivo averiguar eventuais irregularidades na área fazendária e no sistema financeiro estadual, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente, Vice-Presidente e Relator, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Algaci Túlio. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição para Presidente, Vice-Presidente e Relator. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Hermas Brandão, Algaci Túlio e Luciano Pizzatto, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Hermas Brandão agradece a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus nobres pares. Por sugestão do Deputado Algaci Túlio, a Comissão se reunirá na próxima terça-feira, às 9:30 horas, sendo o Senhor Luiz Carlos Haully, convidado para ser o promeio depoente. Nada mais havendo

a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata a qual após lida e acatada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) HERMAS BRANDÃO

ALGACI TÚLIO

LUCIANO PIZZATTO

LEONIDAS CHAVES

LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA ÁREA FAZENDÁRIA DO ESTADO

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que objetiva averiguar eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro do Estado, sob a presidência do Deputado Hermas Brandão, com as presenças dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Luciano Pizzatto e Leônidas Chaves. Abrindo a reunião o Senhor Presidente solicita do Senhor Secretário da Comissão, a leitura da ata, que após lida foi aprovada. Em seguida o Senhor Presidente convida o Doutor Luiz Carlos Haully para depor. O Senhor Luiz Carlos Haully após prestar compromisso oral foi questionado pelos Senhores Deputados Membros da Comissão, sobre as finanças do Estado e, também, sobre as acusações do Deputado Valdir Pugliesi contra a sua administração na Secretaria da Fazenda, conforme notas taquigráficas em anexo. Ao término do depoimento, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Luiz Carlos Haully e marca outra reunião para a próxima 3.^a feira, dia 28 de agosto, com rol de depoimento a ser elaborado pela Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ÁREA FAZENDÁRIA

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se

a Comissão Parlamentar de Inquérito, que objetiva averiguar possíveis irregularidades na área fazendária e sistema financeiro do Estado, sob a presidência do Deputado Hermas Brandão e contando com as presenças dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Luciano Pizzatto, Artagão Mattos Leão e Caíto Quintana. Depois de abrir a reunião o Senhor Presidente solicita do Senhor Secretário a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada. Em seguida foi tomado os depoimentos dos Senhores Rubens Guillard, Darci Caetano Costa, Celso Redi, Graciela de Souza Nociti, Luiz Fernando Pacheco, Romário Luiz Palhares e Francisco de Paula Kujo, conforme notas taquigráficas em anexo. Durante os momentos que antecederam o depoimento da contadora Graciela de Souza Nociti, o Deputado Artagão Mattos Leão pediu a palavra para protestar que a reunião estava sendo realizada de portas fechadas. O Deputado Algaci Túlio afirmou que tinha sido um pedido dos próprios depoentes, para que a presente reunião não fosse pública. O Senhor Presidente declarou que apesar de ser de sua atribuição regimental deliberar de que forma as reuniões seriam realizadas, aceitou a sugestão do Deputado Artagão Mattos Leão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Secretário.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ÁREA FAZENDÁRIA

ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que objetiva averiguar possíveis irregularidades na área fazendária do Estado, sob a presidência do Deputado Hermas Brandão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido tomado em seguida os depoimentos dos Senhores Mussa José Assis e Reinoldo Tuleski, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 18.09.90. Para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presi-

dente, para que produza os efeitos legais.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Secretário.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa na Sala de Reuniões das Comissões, às dez horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os Senhores Deputados membros efetivos da Comissão de Tomada de Contas: Deputado José Afonso Júnior, Deputada Vera Agibert, Deputado David Cheriegate, Deputado Hermas Brandão, Deputado Basílio Zanusso, Deputado Valderi Mendes Vilela e Deputado Luiz Antonio Setti, indicados pelas suas lideranças partidárias, para a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da mesma. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Basílio Zanusso. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade os Senhores Deputados Hermas Brandão e Vera Agibert para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. O Presidente eleito, usando da palavra agradeceu em seu nome e de sua Vice Presidente a confiança depositada pelos nobres pares e deixou estabelecido que as reuniões da Comissão serão condicionadas a existência de matérias. Na oportunidade indicou a funcionária Maria Regina Subtil, para secretariar a citada comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores membros e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária.

Senhores Deputados Membros:

Basílio Zanusso, José Afonso Júnior, David Cheriegate, Valderi Mendes Vilela, Vera Agibert, Luiz Antonio Setti.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Presidente da Co-

missão, Deputado Hermas Brandão, declarando abertos os trabalhos da presente reunião. Foi relatada a Proposição n° 035/90, oriunda do ofício n° 04/89-DAT, que encaminha a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1988, tendo como relator o Senhor Deputado David Cheriegate, com PARECER FAVORÁVEL- APROVADO. A Proposição foi examinada e aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados membros da comissão presentes. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, marcando outra para o dia 18 (dezoito de outubro do corrente), dos quais, para constar, lavrei a presente ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária desta Comissão de Tomada de Contas.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária

Membros:

José Afonso Júnior, Vera Agibert, David Cheriegate, Basílio Zanusso, Luiz Antonio Setti, Valderi Mendes Vilela.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa, na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra, o Senhor Presidente da Comissão Deputado Hermas Brandão, declarando abertos os trabalhos da presente. Foi relatada a Proposição n° 058/90, que encaminha a prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1989, tendo como Relator, o Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, com PARECER FAVORÁVEL- APROVADO. A presente Proposição foi examinada e aprovada por unanimidade, na forma de Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da reunião, marcando outra para o dia 22 (vinte e dois) de outubro corrente, e para constar, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária

Membros:

David Cheriegate, Luiz Antonio Setti, Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso, José Afonso Júnior, Vera Agibert.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra o Senhor Presidente, Deputado Hermas Brandão, declarando abertos os trabalhos da presente reunião. Foi apreciada a Proposição n° 037/90, oriunda do Ofício n° 03/DF/90, que encaminha a prestação de contas da aplicação da dotação de Subvenção Social, regulamentada pela Resolução n° 55/83 e 03 de outubro de 1983, referente ao exercício de 1989, tendo como Relator o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com PARECER FAVORÁVEL - APROVADO.

A Proposição foi examinada e aprovada por unanimidade na forma de Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Membros:

Valderi Mendes Vilela, José Afonso Júnior, Vera Agibert, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Luiz Antonio Setti.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões das Comissões, desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas para deliberar sobre a Proposição n° 036/90, oriunda do Ofício n° 04/90- DAT, que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, que teve como Relatora a Senhora Deputada Vera Agibert,

com PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. A Proposição então, foi apreciada e examinada pelos Senhores membros da Comissão tendo sido aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhor Deputado Hermas Brandão, pelos Senhores membros da mesma e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Membros:

Vera Agibert, David Cheriegate, Basílio Zanusso, Luiz Antonio Setti, Valderi Mendes Vilela, José Afonso Júnior.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa, na Sala de Reuniões das Comissões, desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas para deliberar sobre a Proposição n° 166/90, oriunda do Ofício n° 757/90, que compõe a prestação de contas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao Exercício de 1989. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Hermas Brandão, declarou abertos os trabalhos da presente reunião. A referida Proposição obedece ao Artigo 54, inciso XIX, da Constituição Estadual e teve como Relator o Senhor Deputado José Afonso Júnior, com PARECER FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhada por unanimidade de seus nobres Pares, uma vez que se encontra dentro das normas Regimentais previstas em Lei. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da reunião, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Membros:

José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela,

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, sob a Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, mais a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão abaixo assinados. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Senhor Presidente da Comissão, declarando abertos os trabalhos da presente reunião, referindo-se ao Processo que seria relatado. Trata a matéria da prestação de contas apresentada pela Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR - relativas ao exercício financeiro de 1986, contidas na Proposição n. 51/89. Relatada pelo Senhor Deputado David Cheriegate, as contas apresentadas receberam Parecer CONTRÁRIO - devido irregularidades contidas, no que foi acompanhada por unanimidade por seus pares, que opinaram pela desaprovação das Contas, seguindo o Parecer do Ilustre procurador do Estado Dr. Amaury de Oliveira e Silva e do Senhor Rafael Iatauro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Diante do exposto, referendando o Acórdão n. 1476/89, de 27 de junho de 1989, proferido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Senhor Relator decidiu pela elaboração de Projeto de Resolução, de acordo com as prerrogativas contidas no artigo 5º, parágrafo 2º da Lei n. 6765 de 26 de dezembro de 1975. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada, pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Membros:

(a) DAVID CHERIEGATE
VERA AGIBERT
LUIZ ANTONIO SETTI
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
VALDERI MENDES VILELA
BASÍLIO ZANUSSO

4.^a Sessão Legislativa - 11.^a Legislatura

CPI DA SAÚDE II

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e noventa, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se esta

Comissão sob a Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a sessão com a leitura da Ata anterior, que foi lida e aprovada. Em seguida o Senhor Presidente convidou o Senhor Osny Ribas Alves para fazer o seu depoimento, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. O Senhor Presidente agradeceu a presença do depoente. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Idília Débora Gíneste, Secretária desta Comissão.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) IDÍLIA DÉBORA GÍNESTE
Secretária

4.^a Sessão Legislativa - 11.^a Legislatura

CPI DA SAÚDE II

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de um mil e novecentos e noventa, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se esta Comissão sob a Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a sessão com a leitura da Ata da reunião anterior, que foi lida e aprovada. Em seguida o Senhor Presidente convidou a Senhora Suzana Lau e o Senhor José Elias Aiex Neto para fazerem os seus respectivos depoimentos, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. O Senhor Presidente agradeceu as presenças dos depoentes. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Idília Débora Gíneste, Secretária desta Comissão.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) IDÍLIA DÉBORA GÍNESTE
Secretária

4.^a Sessão Legislativa - 11.^a Legislatura

CPI DA SAÚDE II

Aos trinta e um dias do mês de outubro de um mil e novecentos e noventa, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se esta Comissão sob a Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a sessão com a leitura da Ata da reunião anterior, que foi lida e aprovada. Em seguida o Senhor Presidente convidou o Senhor Paulo Roberto Sbaraini para fazer o seu depoimento, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. O Senhor Presidente agradeceu a

presença do depoente. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Idí-

lia Débora Gineste, Secretária desta Comissão.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) IDÍLIA DÉBORA GINESTE

Secretária